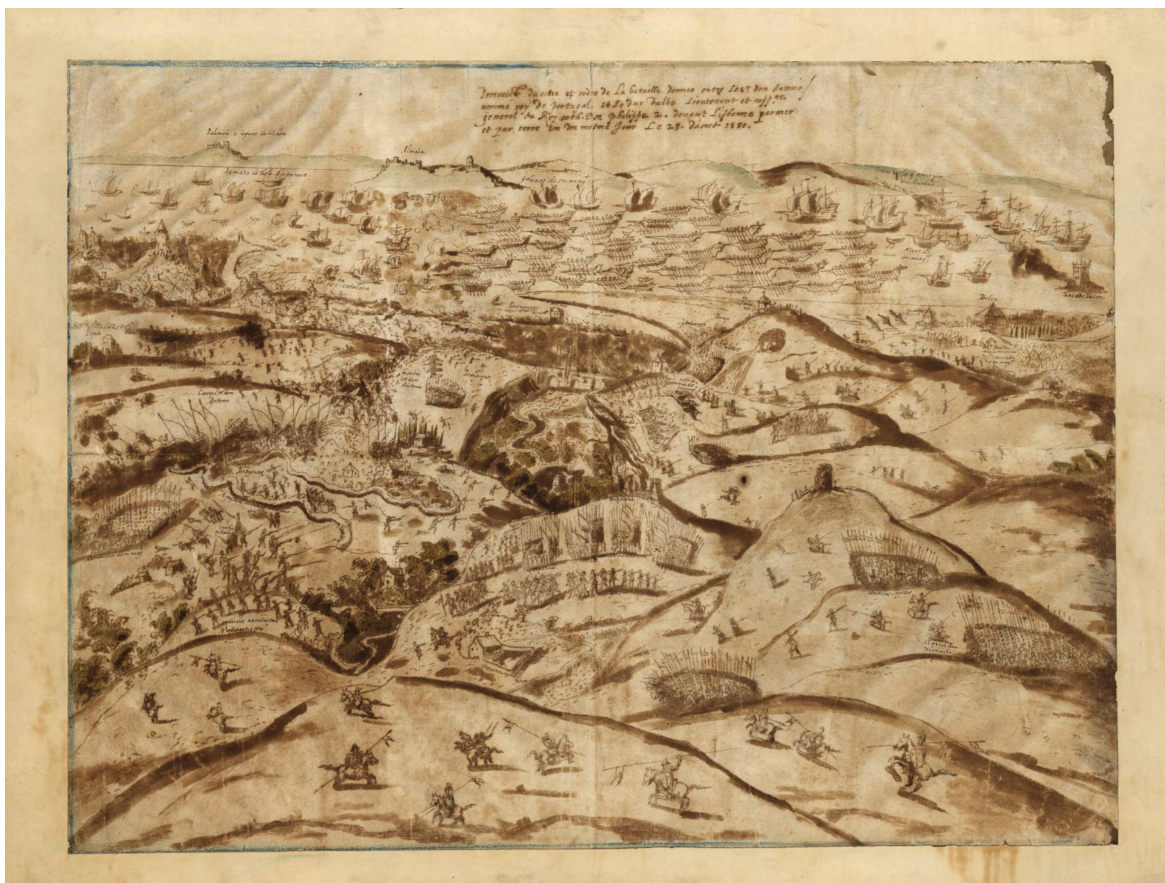


Portugal foi herdado, comprado ou conquistado?

Alcântara, agosto, milhares de homens lutam às portas de Lisboa por dois reis, participando numa batalha ainda hoje maldita.



Fizeram a primeira, a segunda e à terceira investida o exército do duque de Alba consegue tomar a ponte de Alcântara às tropas do Prior do Crato. "Fugindo os de cavalo, foi parte para que fugisse também a gente de pé", deixará escrito um dos partidários de dom António. O recém-aclamado rei de Portugal ainda se lança para o centro da batalha, é ferido, os seus companheiros mais chegados dizem-lhe que já não há nada a fazer: o melhor é retirar-se para Lisboa.

A cidade que fora sua partidária deixou de ser um local seguro para o rei que aclamara, tal como Santarém e Setúbal. Não tarda, os seus governantes irão entregar as chaves ao duque de Alba, fazendo de conta que nunca apoiaram o Prior do Crato, temendo que o exército vitorioso saqueie dentro de portas. Parece, até, saber de antemão o nome do vencedor ao pedirem a dom António que vá ao encontro do inimigo nos

arredores, recusando-lhe um pedido de auxílio durante esta batalha, sangrenta, como todas, e que tanto Portugal como Espanha preferem não recordar.

O Prior do Crato, “empurrado” por Lisboa, desloca-se com os seus homens, muitos deles mobilizados à pressa, para Alcântara que em árabe (al-qantara) significa “a ponte”. A ideia é impedir o avanço das forças castelhanas prestes a tomar a capital do reino. Na altura fora dos limites da cidade, o lugar é agora uma freguesia do Concelho de Lisboa, e a ribeira, que entra em Lisboa a sul das portas de Benfica e desagua no Tejo, foi encanada entre 1945 e 1967. Hoje “corre” por aqui a avenida de Ceuta. No dia 25 de agosto de 1580, neste terreno povoado de monte e colinas, milhares de homens lutaram por dom António e por dom Filipe, primos dantes amigos.

O rei Filipe II que se afirma o candidato mais habilitado ao trono de Portugal está cada vez mais perto de o reafirmar legalmente e pela força. Já tem o sul na algibeira. Há dois meses, ainda tinha as tropas concentradas em Badajoz, a 28 de junho, o seu exército atravessara a ponte da ribeira do Caia, dominara o Alentejo e bombardeara Setúbal, sob o comando do general dom Fernando Alvarez de Toledo, duque de Alba.

António de Avis, de 49 anos, que se recusou a ser sacerdote como queriam o pai, o infante dom Luís, e o tio cardeal, tendo tido, na altura, o apoio de Filipe junto do Papa, não desistiu, como a sua prima Catarina de Bragança, de se sentar no trono deixado vago pelo tio Henrique. Sairá derrotado, mas cheio de vontade de conquistar a cadeira que lhe recusaram por ser filho bastardo, por não representar os interesses de uma maioria privilegiada - o Prior do Crato tem grande parte do seu apoio entre o povo. Um seu partidário há de relatar que dom António foi ferido na cabeça uma vez por “um cavaleiro luzido dos contrários” e uma segunda por “um fidalgo português dos seus mesmos, que foi de todos bem conhecido”. Nesta época, o comum é os interesses pessoais — o poder, a família e o negócio - sobrepuem-se a tudo. “E por aqui se verá com quantas traições se alcançou esta vitória.”

O duque de Alba tem 73 anos. É um homem temido “as gravuras em que era representado a exercer ‘justiça’ com um aspeto diabólico ou que ridicularizavam a estátua de herói que ele próprio mandara erigir em Antuérpia corriam por vários países”, diz o espanhol Rafael Valladares, da “nova vaga” dos historiadores da união da Península Ibérica no século XVII. Os principais culpados pela fama foram os seis anos em que governou os Países Baixos, a mando de Filipe II. Um governo de terror. Só o seu nome terá amedrontado os homens que se preparavam para lutar ao lado de dom António.

Em Alcântara, há portugueses e castelhanos de ambos os lados. Morreram muitos mais partidários do Prior do Crato, do que militares do rei de Espanha. Ao certo, não se sabe o número de vítimas, oscila entre os quinhentos e os três mil para os portugueses e os trinta e os cem para os castelhanos, sobretudo italianos, do grupo composto por napolitanos, lombardos e sicilianos que foram os primeiros, ainda de noite, a assaltar a ponte. As versões surgem conforme a inclinação do autor da prosa. Falar em mortos e feridos é dar importância a uma batalha que nem vitoriosos nem derrotados estão interessados nisso.

Dezoito dias depois de Alcântara, o secretário do duque de Alba, escreverá ao conselheiro de Estado falando em “pouco mais ou menos” duas mil baixas e muitos prisioneiros. Chama-lhe batalha e não está a contar com os inúmeros mortos entre a população civil dos arredores de Lisboa saqueados dias a fio pelos soldados, um procedimento habitual para completar o pagamento dos militares, muitos deles mercenários. Geronimo de Arceo há de reagir irritado, numa outra carta a Gabriel Zayas, sobre o facto de, em Madrid, se denominar de “escaramuça” aquilo que foi uma “batalha campal”. Para si, que observara a luta, a justificação era simples, “pois nela concorreram todas as circunstâncias que devem ocorrer nas batalhas, e ainda muitas mais, porque foi combatendo nos próprios aquartelamentos dos inimigos, esquadrões com esquadrões, uns e outros com suas bandeiras, e canhoneando-se, além do que se fazia por mar”.

Fora o próprio rei Filipe, numa carta de resposta ao duque de Alba, quem desclassificara a batalha. Dizia que recebera a notícia do “bom sucesso da escaramuça que se travou com a gente de dom António e da entrega da cidade sem sangue nem saque”, e lembrava que era preciso apanhar o Prior do Crato, dando para o efeito uma série de instruções. Escreveria influenciado pelos inimigos de dom Fernando de Toledo, mas também é certo que as contas são diferentes: uma batalha vale mais, numa escaramuça paga-se menos. A dada altura, os próprios defensores do duque de Alba hão de aceitar diminuir a glória para evitar mais inquietações internas e sossegar os derrotados.

Na “Epítome de las Historias Portuguesas”, impressa em Madrid em 1628 e escrita pelo português Manuel de Faria e Sousa, também se desvaloriza a vitória, dizendo que o duque de Alba, vindo de tomar Cascais e o forte de São Julião, se aproximou de Lisboa com vinte mil homens. Encontrou resistência na ponte de Alcântara, “e não foi pequena, combateu-a uma noite inteira, era de manhã e entrou na cidade”. Do lado do Prior do Crato, estavam, afirma, quatro mil homens, a maioria deles desarmada, e daqueles que as tinham poucos sabiam como manejá-las. Diz que, como outros dirão, que avançaram as tropas

de dom António sem ordem militar alguma e quase todos mal protegidos contra um exército, ágil e forte.

Nascido no tempo dos filipes, por isso, escrevendo em castelhano para atingir um mercado mais alargado, Faria e Sousa dá a entender que o duque de Alba, que desde fevereiro engendrava a invasão, devia ter vergonha de se gabar dessa "a que chamam batalha". "Entretanto os arrabaldes de Lisboa são alvo de saque que foi maior do que a batalha, melhor dizendo, foi grandessíssimo ele, e ela nenhuma". Já depois da restauração em 1640, o conde da Ericeira, autor da "História de Portugal Restaurado" começada a publicar em 1679, repete Faria e Sousa. E hão de suceder-se os textos nesta mesma linha, uns para cá outros para lá. Mas, como refere Luís de Menezes na sua "bíblia" sobre a restauração, no relato da História "encarecer os beneméritos será inveja dos indignos; louvar os viciosos, opróbrio dos beneméritos; contar todos os sucessos é empenho invencível, calar alguns pode ser queixa dos interessados".

Outro autor cujo escrito se tornará indispensável para aferir da junção dos reinos, o genovês Girolamo Conestaggio, conta, cinco anos depois da batalha, que o número de mortos não foi grande, dada a fraca resistência de dom António - dos portugueses terão morrido mil e dos espanhóis cem. O livro do nobre e letrado, representante comercial da República de Génova em Lisboa na altura dos acontecimentos, não agradou aos "gregos" e "troianos" ibéricos. Foi um êxito em França e em Itália, seis edições em cada entre 1585 e 1680, escrito em italiano foi traduzido para alemão, inglês, latim e, por último, castelhano, mas nunca seria publicado em português.

Logo com a primeira edição de "Dell'Unione del Portogallo alla Corona di Castiglia", Conestaggio foi acusado de ser parcial para o lado de Espanha, acusações que o indignaram a ponto de aproveitar uma segunda edição da obra para responder: "Creio poder contar com pura verdade estes acontecimentos, porque estive presente na maior parte deles, e dos outros tive quem mos narrasse fielmente. Estou também liberto dos afetos que impedem aos escritores a liberdade de falar, uma vez que não sou natural de nenhum destes países, nem vassalo de Reis, nem de Príncipe algum."

"No fim de tudo, desagradou aos portugueses a história de Portugal, desagradou aos espanhóis a história da Flandres; porque os primeiros viam naquela, a pintura da sua decadência, e os segundos a descrição da sua desonra e da glória holandesa. Mas não é e nunca será prova de falsidade ou de baixeza o desgosto que sente o vencido ao ver narradas as suas derrotas e a sua humilhação", remata o também autor de livro sobre a guerra na Flandres que muito enfraqueceu a posição dos Áustria.

A batalha de Alcântara, melhor, a conquista de Portugal não a fizeram os castelhanos com a facilidade que previam por pensarem estar o reino

tão ocupado em disputas internas que não daria grande resposta a uma invasão que nem era uma invasão... no entender do duque de Alba, por exemplo, era uma guerra civil já que toda a Península Ibérica pertencia a ao mesmo seu rei. Para não falar nos Açores que abrigaram dom António e só cederam a Filipe em 1583.

Naquilo que as fontes coincidem quanto à manhã de 25 de agosto de 1580 é na grande desproporção que houve entre as perdas de um e de outro lado, de resto houve uma batalha em Alcântara, aquela que deu a conquista do reino e transformou o monarca castelhano em Filipe II de Espanha e I de Portugal. “Herdei-o, comprei-o, conquistei-o”, dirá o monarca mais tarde. Mas, como diz Rafael Valladares, a ordem pela qual Portugal foi incorporado na monarquia espanhola foi inversa da que se colocou na boca de o Prudente — primeiro a conquista, de seguida o negócio de Tomar e, só então, a herança por todos aceite.

É uma forma de ver, também. Dom Sebastião, com a sua obsessão pela guerra, morreu em Alcácer Quibir deixando os domínios a um tio cardeal impedido de ter filhos. Morre mais um rei sem herdeiros, fica o reino com um novo dilema de sucessão. Em 1579, quando alguns pensavam que dom Henrique, aconselhando a duquesa de Bragança a desistir da pretensão ao trono em prol de seu primo, iria anunciar publicamente o seu sucessor, convoca cortes para escolher um governo que o substitua em caso de morte, como acontecerá. Por si, dom António jamais subirá ao trono, as desavenças com este seu sobrinho duram há uns vinte anos. Filipe é o candidato indicado pelos governantes refugiados em Aiamonte, onde num mês decidiram o que há seis meses arrastavam. Mas esta decisão, fruto de influências políticas, não chega para legitimar o que muitos consideram usurpação.

Já na época a lei não é clara. Para resumir, os pretendentes mais bem colocados na corrida à sucessão eram a duquesa Catarina de Bragança e o rei de Espanha, a primeira é filha do infante dom Duarte, o segundo da irmã deste, Isabel, casada com o imperador Carlos V. Ambos são netos de dom Manuel I, mas Catarina é mulher, o que a coloca numa posição desvantajosa.

O direito de Filipe ao trono foi defendido e atacado em livros e folhetos cheios de argumentos jurídicos. Do ponto de vista católico, não havia melhor título do que o da herança para explicar a presença de Portugal entre os domínios regidos pelos Áustria, como escreveu Jesus Bouza, em “Portugal en la Monarquia Hispânica”, todavia não terá sido por pensar que tudo se resolveria com a negociação política que o candidato mandou, no início do ano, reunir milhares de homens em Badajoz e uma frota de cem navios em Cádiz, exército e armada liderados pelos melhores comandantes e que iniciam a sua entrada em Portugal, no final de julho de 1580.

Em agosto, voltou a ganhar o mais poderoso. A tomada do trono de Portugal pelo rei de Espanha tem sido explicada, geralmente, como fruto de negociações, resultado de jogadas políticas, segundo convinha aos portugueses em Madrid e aos que viram uma vitória no Estatuto de Tomar, assinado em 1581, onde supostamente se garantiu a autonomia do reino. Tem-se fugido a falar de violência. A historiografia, em geral, fala “num passeio militar” dos castelhanos... Mas, diz Rafael Valadares, “em termos eufemísticos para os portugueses, Alcântara veio a ser uma carnificina”.

Encarar a vitória e a derrota fruto de violência não convinha a qualquer das partes, no caso do reino conquistado não convinha, sobretudo, ao orgulho e à honra. O nobre português mais poderoso é agora, sem rival, o duque de Bragança, avô do homem que uma rebeldia há de colocar no trono como João IV. E ele nem combateu os castelhanos, entrou nas negociações por sua mulher enquanto candidata ao trono, aconselhando-a a aceitar Filipe II como mal menor.

“Depois da campanha diplomática, ideológica e militar conduzida pelos conselheiros e pelos partidários de Filipe II, o processo de aquisição da coroa portuguesa pelo rei Habsburgo é sancionado por uma assembleia de estados, as Cortes, que se reunira em Tomar no mês de abril de 1581”, como escreve outro dos historiadores da “nova vaga”, Jean-Frédéric Schaub.

Filipe II de Espanha ganhou a batalha, anexou o reino, mas podia não ter tomado posse da sua conquista. Ainda em 1580, rei e rainha foram apanhados pela epidemia de gripe (uma das pestes que dizimava populações) que se expandiu à Estremadura castelhana. Ana Maria de Áustria não resiste, morre a 26 de outubro, em Badajoz, aos 31 anos, deixando o rei viúvo, aos 53, pela quarta vez.

O monarca recupera a saúde e a 5 de dezembro sai de Badajoz em direção à cidade cinco meses antes conquistada. A sua entrada em Lisboa será triunfal. Ele, o filho e o neto reinarão ao longo de 60 anos em toda a Península ibérica.